

EM BUSCA DE UMA SOCIABILIDADE ALTERNATIVA: A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA E DO LEGADO FREIREANOS

Alder Júlio Ferreira Calado¹

*Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso.
Eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as
pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça
social se implante antes da caridade. (Paulo Freire)*

*Não basta que seja pura e justa a nossa causa, é necessário
que a pureza e a justiça existam dentro de nós. (Agostinho
Neto)*

Um sonho comum nos irmana neste V Colóquio Internacional Paulo Freire: o de ensaiar passos na direção da construção de uma sociabilidade alternativa, inspirada em valores de que está preme a Pedagogia freireana, manifestos, não apenas em suas obras, como também em sua trajetória de vida, como expressão individual de um legado coletivo.

Se é verdade que nos batemos por uma sociabilidade alternativa, certo igualmente é que nos sentimos historicamente instados a ensaiar, desde já, traços delineadores do perfil dessa sociabilidade, que pretendemos alternativa, bem como as condições concretas do seu processo de construção. Sociabilidade alternativa, sim. Mas, qual? Em relação a quê? Quais os traços ético-políticos e culturais que devem conformá-la? Que condições e caminhos nos conduzem nessa direção? Quem são seus protagonistas? Que práticas alternativas se esperam desses protagonistas? Qual o lugar das relações do Cotidiano na construção desse processo? Trata-se de uma Utopia ainda completamente por construir ou podemos assinalar, já no presente, experiências alternativas que dela se acham grávidas? Em que o legado freireano nos inspira nesse projeto? Esperamos que questionamentos como esses nos fortaleçam o ânimo de protagonistas individuais e coletivos, nessa mesma direção.

Partamos de uma constatação: não estamos contentes com o atual quadro social dominante. Há por certo, em nosso mundo, experiências que dignificam a condição humana. Não podemos perdê-las de vista. Elas nos alimentam a esperança, presentificando, de algum modo, nossa Utopia. São, porém, exceção, bem o sabemos. As sombras ainda prevalecem largamente. As desigualdades sociais se agigantam. Povos inteiros se vêem impedidos de viver com decência, enquanto, às suas expensas, poderosos grupos econômicos, ancorados em superpotências e seus organismos multilaterais, concentram em suas mãos crescentes parcelas de rendas e de riquezas, graças à vigência de mecanismos de pilhagem, dos quais se usa e abusa, com ou sem manto legal.

Organicamente associadas a essas gigantescas e crescentes desigualdades sócio-econômicas, proliferam, nas demais esferas da realidade social, inquietantes sinais de barbárie a questionarem os fundamentos dos postulados civilizatórios ocidentais. Tal quadro de desigualdades sociais projeta-se em outros cenários da realidade social. Não se

¹ Sociólogo, Educador-Popular. Trabalha como docente-pesquisador na FAFICA, em Caruaru – PE. Assessora Movimentos Sociais Populares e Pastorais Sociais, no Nordeste. É membro do Centro Paulo Freire. Escreveu, entre outros, **Paolo Freire, forjador de utopías**. Sevilla: Educación Cooperativa Kikirikí, 2004.

trata apenas – e já seria inaceitável! – de considerar as brutais conseqüências na área sócio-econômica, materializadas no crescimento incessante das massas de excluídos dos bens e serviços essenciais (concentração de terras, desemprego estrutural, desalojamento de multidões, falta de saneamento básico, índices assustadores das doenças da pobreza, degradação da qualidade social do sistema governamental de ensino, sucateamento ou desmonte dos serviços de saúde, níveis insuportáveis de violência social, crianças e adolescentes de rua, alto índice de jovens vítimas fatais da marginalização e da violência social, desrespeito aos direitos dos idosos, sistema prisional desumano e reconhecidamente seletivo, crescente degradação das condições ambientais do Planeta...).

A isso também se associam as manifestações de iniquidade social dos aparelhos de Estado (colossal distorção dos organismos de representação político-partidária, ação seletiva dos organismos do poder judiciário, hipertrofia do executivo, assujeitamento dos Estados nacionais periféricos a forças exógenas, aparelho repressivo a serviço do status quo), a política cultural, a política de comunicação, a política de informação controladas a sete chaves por poderosos conglomerados transnacionais, etc. Essas e outras áreas refletem e reforçam, de modo entrelaçado, distintas nuances da sociabilidade ainda hoje dominante.

Essa sociabilidade que hoje predomina largamente não é definitivamente a dos nossos sonhos. Não era a sociabilidade dos sonhos de Paulo Freire e tantas e tantos outros, nos diferentes continentes, em cujo testemunho de vida buscamos nos pautar.

Então, não sendo essa, qual é mesmo aquela em que apostamos? Quais os traços que uma sociabilidade alternativa deve apresentar? No plano econômico, não sendo o império dos poderosos conglomerados econômicos, em que organização apostamos como alternativa? Como, ainda nesse terreno, caminhar em direção a processos de distribuição socialmente equitativa das riquezas e das rendas? Como fazer vingar uma cultura da solidariedade, da partilha, da cooperação, em contraposição aos valores da concentração, da concorrência exacerbada, do lucro como meta maior? Na esfera política, o que caracterizaria tal alternatividade? Como proceder a uma efetiva descentralização do poder, em suas mais distintas expressões, do Estado, das instituições, inclusive a família, a escola, as igrejas, a mídia, entre outras? No âmbito dos valores, quais as prioridades a serem invertidas, nos mais distintos espaços de convivência? Como cuidar bem da individualidade sem sucumbir ao individualismo? Como recuperar o sentido do coletivo sem ceder ao coletivismo, que asfixia a dimensão individual? Como fazer prosperar a cultura da igualdade social que saiba cuidar adequadamente das diferenças? Como fazer interagir os pólos das relações sociais de Gênero, de modo a respeitar suas especificidades, sem jamais perder o horizonte da condição humana que os une, que os sustenta e lhes dá sentido? Como reavaliar nossas relações inter-étnicas? Como lidar alternativamente com a dimensão da Espacialidade, que privilegia ocidentais em detrimento de não-ocidentais; cidadãos de megalópoles em prejuízo de quem mora em pequenas cidades interioranas; habitantes urbanos em detrimento de quem mora no campo? Como valorizar a condição humana, sem resvalar em direção a um antropocentrismo, em detrimento de uma amorosa relação cósmica? Como exercitar a gratuidade nas relações com o Sagrado, como alternativa à tendência, hoje dominante, de relação de mercado?

Tomar a braços um tal projeto de sociabilidade supõe também ter presentes seus protagonistas. Quê perfil de protagonistas se faz necessário para tal empreitada? Que novas práticas deles e delas se esperam? Que condições devem ser priorizadas, nessa direção?

Ainda campeia amplamente entre nós a cultura presidencialista, que prefere atribuir a outrem prerrogativas comuns a todos os cidadãos, a todas as cidadãs. Nesse sentido, o instituto da representatividade política, legado secular do Ocidente, por ser assumido como dogma, tem contabilizado incessantes e crescentes páginas sombrias, em nossa história recente. A Democracia representativa passa, talvez como nunca antes, por momentos cruciais de descrédito. O que está na origem disso? Qual a parcela de responsabilidade nesses impasses da parte dos protagonistas, que, descontadas as campanhas eleitorais, atuam como espectadores? Que novas práticas se habilitam a superar tal impasse, tantas vezes gerador de escândalos inomináveis? Que condições devem ser buscadas, nessa direção?

Não vamos nos decepcionar, nessa empreitada, com o legado freireano. De Paulo Freire e de tantas e tantos outros que lhe são afins. Nesse processo, vale bem destacar que o legado freireano tem muito a nos oferecer, sobretudo quando ousamos situar tal desafio no chão das relações do Cotidiano.

Eis, em breve, o roteiro que propomos a uma reflexão mais ampla, da qual aqui buscamos repercutir alguns aspectos, começando por ensaiar um olhar mais detido para as formas de sociabilidade hoje dominante.

Exercitando um olhar crítico-avaliativo da sociabilidade hoje dominante

O esforço de lançarmos um olhar crítico-avaliativo em direção à atual conjuntura mundial resulta de nossa incessante busca de compreensão das relações sociais que configuram o atual quadro sócio-histórico, como primeiro passo necessário a um efetivo compromisso de mudança.

Vivemos um contexto que, como é sabido, traz as marcas do processo de Globalização, hegemônico pelo Capitalismo, em sua fase/face atual. Contexto, por conseguinte, de extrema complexidade, manifesta, por exemplo, por um múltiplo quadro de crises, ou dito de outra forma: por uma multiplicidade de dimensões da mesma crise, cujas dimensões se projetam, ao mesmo tempo, e de maneira diversa, na sociedade, no Estado, no Governo, na grade de valores de cada sociedade, nas mais distintas esferas da realidade, a suscitar um quadro de tantas dúvidas, incertezas e inseguranças. Um, saudáveis, enquanto elementos que devem instigar incessantemente o aprimoramento da condição humana; outras apresentando-se como sintomas de extrema gravidade.

Cenário de contradições, o nosso mundo também apresenta, a par de tantos descaminhos, relevantes conquistas e avanços que dignificam a condição humana, e que não devem ser perdidos de vista.

No plano científico-tecnológico, as conquistas são de múltipla ordem, nas mais distintas áreas de saberes. À parte algumas manifestações de infundada euforia, ora a reeditarem antigas práticas do Cientificismo, de modo a superestimar a ciência pela ciência, a técnica pela técnica, ou a ciência e a técnica como meros instrumentos a serviço dos interesses do mercado, entendemos como bem-vindas conquistas relevantes em tantas áreas, tais como na informática, na biotecnologia, na engenharia genética, na fibra ótica, nos novos materiais, etc., etc. Igualmente, no âmbito das relações humanas e sociais, comemoramos avanços pontuais, em distintas áreas, notadamente naquelas em que novos paradigmas são exercitados, sem que neguem necessariamente a validade parcial ou não de velhos paradigmas. Trata-se, a propósito, não de se recorrer ao novo pelo novo, ou de se rejeitar o

velho pelo velho, em função de sedutores critérios ditados por modismos, mas de se avaliar e reavaliar sua eficácia como ferramenta teórica de enfrentamento concreto dos desafios atuais, numa perspectiva libertadora.

Seja como for, e feitas as devidas reservas, importa reiterar que se trata de conquistas relevantes, resultantes do que se tem chamado de terceira revolução tecnológica. Avanços que reconhecemos como sinal alvissareiro das potencialidades humanas. Preocupa-nos, porém, que nem sempre tais conquistas venham sendo devidamente protagonizadas e venham sendo aplicadas em favor da efetiva melhoria da qualidade de vida do Planeta e da maioria dos habitantes da Terra. Cabe-nos, sim, empenhar-nos em saber como e por que tudo isso tem tomado essa direção.

O processo de acumulação de riquezas, especialmente no modo de produção capitalista, pressupõe, como se sabe, o recurso a mecanismos de pilhagem, com ou sem manto legal. Impossível que tenha lugar dentro de um quadro de relações eticamente aceitável. A não ser que se trate da “ética capitalista”. A despeito das variações históricas e da intensidade e forma dos mecanismos de acumulação, uma marca lhe é peculiar: apelar para a exploração das camadas populares.

Na Social Democracia, por ser menor a gula dos protagonistas, estes até conseguiam, aqui, ali, passar a idéia de respeitar certos limites éticos. A exploração se fazia, mas por conta do intenso apelo às políticas compensatórias, passava-se uma idéia de respeito aos direitos dos trabalhadores. Isso muda, porém, com o advento do chamado Neoliberalismo, mais intensamente presente a partir dos governos Margareth Thatcher e Ronaldo Reagan, no final dos anos 70 e começos dos anos 80.

A máscara supostamente humana do Capitalismo caía definitivamente. E, sobretudo desde então, a que se passa a assistir? De forma resumida, rememoremos algumas de suas principais características:

- extraordinária intensificação do processo de globalização (fenômeno antigo, mas recentemente com ritmo inédito), a afetar as mais distintas esferas da realidade social;
- no âmbito econômico, tem lugar o processo de re-estruturação produtiva (em moldes capitalistas, claro), impulsionado pela chamada terceira revolução tecnológica em curso (na informática, na microtecnologia, na engenharia genética, na robótica, na fibra ótica, nos novos materiais, etc., etc.);
- a entrada em cena do segmento financeiro do Capital como hegemônico, o que não quer dizer sem ligação orgânica com os demais setores componentes da malha do Capital;
- o agressivo assédio dos grandes conglomerados transnacionais, a imporem notadamente aos países periféricos, por meio das grandes potências e de seus organismos multilaterais, políticas econômicas e sociais de privatização do patrimônio público, de sucateamento e desmonte dos serviços públicos essenciais (no caso da educação, por exemplo, vale assinalar que o Banco Mundial chega a ser apontado como um órgão que atua como verdadeiro ministério da educação dos países periféricos...);
- a quase totalidade dos governos dos países periféricos rende-se à imposição, inclusive procedendo à alteração de sua própria Constituição e leis ordinárias, a fim de adequá-las à nova ordem dominante;
- feito à moda do Capitalismo em sua atual fase/face, isso tem acarretado fenômenos como o desemprego estrutural, a hipertrofia da economia informal, precarização das

relações de trabalho, supressão ou drástica redução dos direitos sociais, privatização de empresas estatais, reordenamento jurídico ao gosto do mercado, sucateamento ou desmonte dos serviços públicos essenciais, entre outros desdobramentos;

- adequação da mídia à nova onda do mercado e sua grade de valores;
- expansionismo militar, à frente o Governo Bush, mas com o apoio de governos das potências do G7 e de conglomerados transnacionais;
- discriminação (expressa ou velada) das vontades dos protagonistas da ONU, manifestada, por exemplo, pelo privilégio do veto dos membros permanentes do seu Conselho de Segurança, o que depõe, com toda a evidência, contra qualquer propósito aceitável de se respeitar o declarado jogo democrático;
- consentimento objetivo (expresso ou tácito), a qualquer dos protagonistas do Conselho de Segurança da ONU, da iniciativa de invasão a outro país, qualquer que seja o motivo alegado (vide a recente invasão do Iraque);
- autorização seletiva do odioso privilégio de fabricação ou armazenamento de armas de destruição em massa (não apenas as armas químicas e biológicas): como no caso das grandes potências e de seus aliados;
- práticas explícitas de pilhagem, por parte das grandes potências, em favor de poderosos conglomerados transnacionais, contra os países periféricos, seja mediante a política de crescente endividamento e de imposição aos Estados nacionais periféricos de políticas de privatização do seu patrimônio público, seja por meio do flagrante desrespeito às regras elementares de reciprocidade que devem reger as relações comerciais entre os povos, seja por meio da “ciranda financeira” do chamado capital volátil, ou ainda por meio de evasão de divisas e de “n” mecanismos de sonegação combinados com a escandalosa renúncia fiscal feita por instâncias governamentais;
- controle pelas grandes potências dos principais blocos econômicos mundiais, inclusive no caso da proposta da ALCA;
- abusiva liberdade de movimento e de lucro extorsivo dos conglomerados transnacionais (inclusive os financeiros), sem qualquer controle social, do que resulta que o Capital vai e fica onde quer, enquanto aos excluídos de todo o mundo, inclusive os trabalhadores de suas próprias ex(?) colônias, são erguidos muros de apartação e draconianas leis de punição aos que se atrevem transpô-los...

Tantas outras marcas teríamos por certo a acrescentar. Restinjamo-nos, porém, a essas, tendo bem presente a expressiva dinâmica do entrelaçamento das diferentes esferas da realidade social. Ou seja: o que aparece aqui como componente mais direta da esfera de produção carrega também fortes marcas de concepções, práticas e formas de exercício do poder. De modo semelhante, o que à primeira vista se manifesta mais diretamente pertinente à esfera política, traz consideráveis implicações e intersecções de natureza econômica e cultural... A esse aspecto de dinâmico inter-relacionamento das diferentes dimensões da realidade humana e social voltaremos, mais adiante.

Em busca de uma sociabilidade alternativa: horizonte, caminhos, protagonistas e posturas

Se já nos é tarefa hercúlea traçar as linhas gerais da conjuntura atual, o quê dizer de uma outra tarefa não menos complexa, mas também irrenunciável, que é a de situarmos, em grandes linhas, o que estamos entendendo por uma sociabilidade alternativa à (des)ordem dominante: seus traços fundamentais, seus protagonistas, seus mecanismos de organização, sua grade de valores e de apostas?

Com o sentimento de que a ocasião permite apenas um ligeiro esboço de nossas inquietações, e animados pelo convite freireano de ousarmos o inédito viável, propomos partilhar com os participantes deste Colóquio, pelo menos, o que entendemos constituir os pontos axiais de uma sociedade que, numa perspectiva freireana, se afirme como alternativa ao modelo de sociabilidade dominante.

Ir para onde?

Começamos com uma observação preliminar. Duas atitudes extremadas e falaciosas merecem, de partida, nossa vigilância. De um lado, a pretensão de se ter, de antemão, um modelo acabado de sociabilidade, como se fora algo concebido e viabilizado fora do plano histórico. O passado recente e menos recente, de triste memória stalinista, nos sirva de lição... Por outro lado, há que se atentar, não menos, ao risco muito presente em certa corrente “pós-moderna”, de se presumir fadada ao fracasso toda tentativa de se desenhar, ainda que a largos traços, um horizonte alternativo de sociabilidade. Uma atenção retro-prospectiva, para além dos marcos da Ocidentalidade (o que não quer dizer desconsiderá-la), ao imenso legado da Humanidade, com seus limites e potencialidades, nos ensejará pistas alvissareiras, na direção da alternatividade que buscamos construir.

Se temos consciência de que o horizonte de sociabilidade hoje dominante não nos satisfaz, isso é possível graças à nossa percepção e à experiência concreta de seus frutos. Como “a árvore se conhece pelos frutos”, chegamos à conclusão de que o atual horizonte de sociabilidade não atende ao que queremos. Só nos resta ousar ir em busca de outro, ainda que às apalpadelas e mesmo que isso implique muitos equívocos, muitos achados equivocados. Perfectíveis, seres inconclusos, aprenderemos também com nossos erros. Ainda não sabemos bem qual é o horizonte alternativo de sociabilidade, mas já temos alguns traços dos quais podemos partir, abrindo caminho em busca do inédito viável. Esse horizonte comporta traços dinamicamente inter-relacionados nos distintos espaços do viver, que passamos a focar.

- No plano mais pronunciadamente econômico - Há um texto de Paulo Freire aparentemente pouco trabalhado, cuja publicação pela Brasiliense data de 1979, intitulado *Multinacionais e Trabalhadores no Brasil*, em que o autor trata de levantar e analisar as principais empresas transnacionais operando também no Brasil. Sua refinada percepção sociológica do alcance mundial do Capital nos anima, ainda hoje, a ir em busca incessante de um tipo alternativo de organização social, que, entre outras mudanças, passe por uma democratização efetiva dos bens de produção, o que implica um amplo processo de desprivatização das fontes de vida (terra, subsolo, água, rios, florestas, mares...), bem como das riquezas fundamentais à qualidade de vida do Planeta e dos humanos, nos mais variados setores da economia. Não importa tanto o nome que tal desenho de sociabilidade venha a ter. Importa, sim, o conteúdo de suas relações, efetivamente testadas no chão do cotidiano dos povos, dos grupos e das pessoas de todo o mundo. Mesmo não importando o nome, em se tratando de uma das faces do freireano inédito viável, estamos convencidos de que não se assemelharia a experiências de sociabilidade fundadas em exploração e dominação de classes, por meio de seu respectivo Estado.

No plano mais marcadamente político – Como vimos enfatizando, os espaços sociais se acham impregnados de relações que, a despeito de suas especificidades, ora se apresentando mais em sua dimensão econômica, ora em seu perfil mais pronunciadamente político, ora tomando uma feição mais fortemente cultural, se acham mutuamente

permeadas. Isso também se dá nas relações que se observam mais expressamente no campo político ou das relações de poder, em seu sentido macro e em seu sentido micro.

Também aqui, o espectro dominante nas macro e micro-relações é caracterizado pelo verticalismo. Nelas dificilmente tem lugar o cuidado com o caráter de reciprocidade, a não ser como exceção. E, mesmo assim, não raro, trata-se de situações restritas a certos aspectos bem limitados dos diferentes espaços sociais, assumindo por vezes uma feição de mero verniz, sugerindo claramente um apelo a medidas maquiadoras, de cunho assistencialista.

Em sua *Pedagogia do Oprimido*, Freire concluía seu ensaio apostando no que ele chamou de síntese cultural, que ele situa como uma das características de sua teoria da ação dialógica, e em que denunciava como ação antidialógica “a intenção de perpetuar na estrutura as situações que favorecem a seus agentes.” (p.137).

Nesse sentido, seriam inconcebíveis tanto a convivência tranqüila com mecanismos hoje dominantes, tais como a concentração em mãos de algumas centenas de grandes conglomerados econômicos, com seus paraísos fiscais e tantos outros mecanismos de pilhagem, a maior parte das riquezas coletivamente produzidas, como o recurso a propostas de alteração superficial, de modo a manter o cerne da estrutura dominante, como alertava Freire, ao afirmar que “o que pretende a ação cultural antidialógica é mitificar o mundo destas contradições, a fim de obstaculizar o evitar, da melhor maneira possível, a transformação radical da realidade.” (PO, p. 237).

A ONU, por exemplo, responde efetivamente aos desafios da atualidade? São mesmo democráticas suas instâncias? Quem decide, na ONU, efetivamente? Como atua o seu Conselho de Segurança, em especial os membros permanentes desse Conselho? A prerrogativa do veto é também democrática ou um privilégio que contradiz frontalmente os postulados democráticos?

Convém, a propósito, sublinhar que as manifestações desse verticalismo dominante encontram terreno fértil também nas micro-relações. Freire rejeita as medidas superficiais, não importando em que dimensão elas ocorram, seja nos mecanismos estatais, seja nas relações de trabalho, político-partidárias, sindicais, acadêmicas, pastorais, no âmbito das relações de família, etc.

Do fundo dessa rejeição emerge, cristalina, sua concepção de vida humana, expressa em seu existir, como ele, inspirado numa perspectiva existencialista libertadora, sublinha claramente em *Educação como Prática da Liberdade*, que o existir é mais do que o viver (cf. EPL, p. 40), é a referência maior dos Humanos. Em Freire, o existir corresponde a um processo relacional, mediado pela ação dialógica, tendo como horizonte a Liberdade, à qual os Humanos são ontologicamente vocacionados. Supõe, por conseguinte, condições concretas para que isso se dê. Supõe uma sociabilidade que assegure os requisitos materiais e imateriais de tal processo.

O que se percebe, na atual sociabilidade dominante, é que povos inteiros se acham impedidos de viver com decência, razão pela qual se torna imperativo desconstruir essa estrutura de morte, removendo suas raízes, e plantando relações de reciprocidade entre os Humanos e o Planeta, e dos Humanos entre si.

Ainda no âmbito mais explícito do poder, não se trata – vale reiterar – de se restringir as relações de poder à esfera do Estado, por mais vigência e atualidade que tal dimensão também implique. As reflexões sobre o poder vêm se complexificando, ou mais precisamente, vêm buscando tomar mais a sério a natureza complexa e o amplo potencial com que se faz presente nas relações humanas e sociais, seja no âmbito das macro, seja no plano das micro-relações e seus entrelaçamentos. Tem igualmente avançado o esforço de percebê-lo para além de suas negatividades. Não obstante tais avanços, entristece-nos constatar que predominam largamente suas negatividades, especialmente no que diz respeito às relações Sociedade-Estado-Governo.

No cenário internacional, ainda pontificam amplamente as relações de dominação, manifestas de múltiplas formas, tais como na imposição de políticas econômicas pelas grandes potências e seus organismos multilaterais contra os interesses da maioria da população dos países periféricos. Planos e programas se impõem, mesmo contra a ordem constitucional vigente, por meio de pressões sobre as instâncias governamentais e parlamentares dos países periféricos para que amoldem suas leis, a partir mesmo da Constituição, às novas leis de mercado. Por força de tais procedimentos, há pesquisas e estudos sérios concluindo que o Banco Mundial chega a fazer as vezes de ministério de educação para não poucos desses países periféricos. Procedimentos do quais têm resultado políticas que afrontam a soberania nacional, não sem a conivência das instâncias governamentais e parlamentares, combinadas com outras políticas de supressão ou “flexibilização” de direitos sociais conquistados a duras penas, seguidas de outras, de desmonte ou de progressiva fragilização dos serviços públicos essenciais. No caso da sociedade brasileira, haja vista as implicações sociais do famigerado mecanismo do “superávit primário” (mantido, aliás, num nível além do exigido pelo FMI...) e da soma de recursos destinados ao pagamento da chamada dívida pública...

No âmbito cultural, notadamente no plano dos valores – Aqui enfocamos mais expressamente situações e práticas cuja sustentação se inspira, direta ou indiretamente, em determinada grade de valores, especialmente numa perspectiva de alternatividade. Trazemos, pois, à nossa reflexão situações, fatos, acontecimentos, práticas do Cotidiano, a impregnarem de sentido as manifestações de subjetividade, as relações sociais de Gênero, de Classe, de Etnia, de Idade, de Espacialidade, as relações com a Natureza e com o Sagrado.

Por quais caminhos?

No chão das relações do Cotidiano, o processo de tecelagem dos fios do poder continua, em geral, mal resolvido. Nas relações sociais de Gênero, a despeito de avanços significativos, graças principalmente ao protagonismo (ainda quase exclusivo) do pólo feminino, há muito por avançar, inclusive na costura crítico-propositiva de posições, não raro, a antagonizar segmentos internos ao próprio pólo feminino. No horizonte da Pedagogia freireana, há pistas que não devem ser descartadas, a esse respeito. Uma delas tem a ver com o dinâmico entrelaçamento das relações humanas e sociais. Sem desconsiderar a especificidade das relações (Classe, Gênero, Etnia, Idade, Espacialidade, Sagrado...), uma compreensão mais completa de cada uma dessas especificidades remete necessariamente à compreensão de suas interfaces com as demais. Nesse sentido, parece improvável um adequado entendimento dos desafios das relações específicas de Gênero, sem qualquer atenção às inter-influências exercidas sobre e sofridas pelas demais.

Um exemplo ilustrativo desse dinâmico entrelaçamento dos espaços sociais, a partir das relações de poder, pode ser observado em relação ao habitual trato dado às relações de Espacialidade, no cotidiano acadêmico. Tomemos, de passagem, apenas quatro casos: nossas relações com as sociedades latino-americanas e do Caribe; as citações bibliográficas habituais, a composição de bancas examinadoras de teses e o critério definidor do caráter nacional dos periódicos científicos.

Da mídia à Academia, é flagrante a diferença de relacionamento das instâncias da sociedade brasileira em relação à Europa e aos Estados Unidos, em comparação ao relacionamento efetivo com os vizinhos da América Latina e do Caribe, sem mencionar o distanciamento de nossas relações com as gentes da África, da Ásia e da Oceania. Isso já foi pior, =e verdade, mas ainda está longe de corresponder ao desejável.

Um exame cuidadoso das citações bibliográficas de teses acadêmicas, sem que se abra mão do indispensável critério de excelência ou de competência técnica, pode revelar a incidência e a frequência privilegiadas de autores e autoras europeus em relação a não-europeus; autores e autoras das regiões Sul e Sudeste do Brasil em relação a autores e autoras do Norte-Nordeste. De modo semelhante, em relação à composição de bancas examinadoras. A reciprocidade fica a desejar, para se dizer o mínimo. No caso de periódicos, observa-se a facilidade com que se atribui um caráter “nacional” a periódicos editados nas regiões centrais do país, enquanto se reserva o caráter “regional” às demais. Exceções existem, que não infirmam a regra. Os exemplos poderiam se estender até à tendência que prospera, nesses tempos de globalização neoliberal, de progressiva privatização dos espaços públicos, inclusive não raro protagonizada por segmentos que se declaram contra tal tendência, mas, no chão do cotidiano, agem nessa direção, sob o pretexto que se trataria de um processo irreversível. Neste caso, esgotada toda esperança num modelo alternativo, a tendência é a acomodação à ordem dominante, até porque nós só lutamos por aquilo em que apostamos.

Na dimensão cultural, mais expressamente voltada para os valores, vale sublinhar a eficácia da mídia, em especial da televisão, exercendo uma influência poderosíssima sobre enormes parcelas da população, inclusive sobre segmentos que se julgam críticos. A consequência mais impactante é a larga promoção da ideologia do pensamento único, a expressão mais antagonica de uma multiculturalidade, na perspectiva freireana, na medida em que, sob um pretenso manto de pós-modernidade, labora pesadamente em direção de uma homogeneização dos padrões de comportamento coletivo, nas diferentes expressões artístico-culturais quanto à visão de mundo, de ser humano e de sociedade, tendo o mercado como a referência ou o balizamento supremo das ações dos Humanos.

E, dessa forma, faz-se aberta apologia de valores tais como o individualismo (em detrimento das relações comunitárias e de uma atitude respeitosa às diferenças individuais); a concorrência exacerbada (em prejuízo da promoção da cooperação); o culto ao chefe ou à hierarquização das relações humanas (em detrimento do exercício coletivo de tomada de decisões); o deslumbramento pela verossimilhança (em substituição à disposição de incessante busca da verdade), aposta exclusiva em resultados (em desconsideração ao processo como um todo, em seu planejamento, em seu percurso, no empenho e desempenho de seus protagonistas, em sua avaliação), na ênfase excessiva na imediatez (sem considerar os ritmos específicos que o viver e o conviver apresentam), a superestimação do que se convencionou chamar de prática discursiva (em prejuízo de se tomar a prática como critério decisivo da verdade)...

Esses valores constituem, além do mais, um clima propício ao afastamento ou à perda de procedimentos éticos fundamentais a uma sociabilidade alternativa. Nesse sentido, os riscos permanecem os mesmos para representantes da direita ou para militantes considerados de esquerda. Os dolorosos episódios – ainda em curso - atinentes ao espectro de parcelas significativas da esquerda brasileira constituem um fato emblemático.

Ainda recentemente (cf. “Sob o impacto da crise” no site alainet.org), tivemos a oportunidade de nos deter sobre os fatos mais recentes que têm impactado e indignado a sociedade brasileira, bem como tantas e tantas que se reconhecem no mesmo campo político. O sentimento de indignação é tanto maior quando nos remetemos aos novos protagonistas da crise: setores significativos da esquerda brasileira.

No referido texto, buscamos refletir sobre as condições que propiciaram atitudes tão eticamente condenáveis. Dentre tais condições, sublinhamos: a perda do horizonte utópico, a progressiva burocratização das relações partidárias, o progressivo afastamento das classes populares, a avidez do poder pelo poder, a profissionalização da militância, o abusivo recurso à história passada sem correspondência com o momento presente, o progressivo nivelamento às práticas condenadas em outros partidos, o negligenciamento do processo formativo continuado de militantes da base e dos dirigentes, a perda do senso de autocrítica, o recurso a práticas assistencialistas, fundadas nas políticas compensatórias, o apelo à cultura do endividamento partidário, a centralização das decisões em mãos de um pequeno número de dirigentes, em breve: a perda da mística revolucionária.

Uma proposta alternativa de sociabilidade não se conquista, como se sabe, por um mero golpe de vontade de meia dúzia de iluminados. Isto não quer dizer que a vontade de alcançá-lo não tenha também seu lugar. É uma componente necessária, mas certamente insuficiente. Há de se articular a um leque de outros elementos e condições. Mais do que o querer individual, trata-se de um querer coletivo, marcado, não pelo espontaneísmo, mas pela consciente espontaneidade dos protagonistas aderentes, o que implica articular o querer ao sentir, ao pensar e ao agir, individualmente e em mutirão, dentro de uma estratégia de organização dos distintos grupos de protagonistas.

Um tal projeto alternativo requer protagonistas qualificados

Parece útil que iniciemos este item, lembrando que, diferentemente de caminhos desastrosos, inspirados numa concepção e numa prática stalinistas, de triste memória, mas infelizmente ainda em vigor, devemos sustentar a convicção de que a superação desse contexto sombrio ou será obra nossa, isto é, obra dos deserdados da Terra e seus aliados, ou não virá.

Este é certamente um desafio de monta a ser enfrentado ininterruptamente, por protagonistas individuais e coletivos, a curto, médio e a longo prazos; seja nas micro, seja nas macro-relações que se entrecruzam e germinam nas múltiplas experiências do dia-a-dia, vão tomando corpo e se desenhando como uma macro-experiência de sociabilidade alternativa, em marcha.

Trata-se de uma empreitada que requer uma aposta irrenunciável no processo de formação continuada de seus protagonistas. Formação omnilateral, exercitada ininterruptamente nas diferentes dimensões do desenvolvimento humano, de modo a tomar em conta, a partir do chão das relações do Cotidiano, diferentes limites e potencialidades dos Humanos, sob o ponto de vista das relações culturais, de Trabalho, de Gênero, de Espacialidade, de Etnia,

de Idade ou Geração, as relações com a Natureza, as relações com o Sagrado... Formação que, passando também pela Escola, vai muito além dela, até porque acompanha o dia-a-dia de seus protagonistas, ao longo do curso de sua vida.

Que práticas e valores deles e neles se esperam, que se mostrem grávidos de alternatividade à grade de valores hoje dominante? Ousamos aqui esboçar alguns desses valores e dessas práticas. Podemos começar por uma atenção qualitativa ao que se convencionou chamar de “sinais dos tempos”. O nosso dia-a-dia, nos mais distintos espaços de que participamos – da Pólis à Oikía - se mostra pródigo em sinais. Inclusive daqueles pouco ou nada perceptíveis pelos nossos olhos, pelos nossos ouvidos, pelo nosso coração, já tão domesticados e habituados a verem, a ouvirem e a sentirem o convencional, o que outros querem que percebamos, razão por que passam, com espantosa frequência, ao largo de nossa percepção. Sinais novos aparecem, mas a eles não nos antenamos. Acomodados ao curso dos rios de superfície, pouco ligamos ao que se passa nas correntezas subterrâneas. Ou, se percebemos, temos medo de chegar perto. E assim, vamos nos contentando com o instituído, e fazendo dele a nossa referência maior, quando não única.

Ora, se apostamos para valer na construção de uma sociabilidade alternativa, vamos ter que deixar para trás nossas falsas seguranças, e nos aventurar por caminhos ainda não percorridos, que apontem um horizonte alternativo ao que aí está. Para tanto a freireana curiosidade epistemológica há de nos impulsionar nessa direção.

À contracorrente da ideologia do pensamento único, que se empenha em apagar a memória histórica dos deserdados da Terra, somos historicamente instados a fazer memória de lutas e conquistas protagonizadas pelos movimentos sociais populares, ao longo da História, e por figuras humanas que se deixaram incendiar por causas que dignificam a condição humana. Figuras coletivas e individuais cuja trajetória de luta e de honradez nos inspira forças para retomarmos o horizonte da Utopia da construção de uma sociedade justa e solidária. E exercitar uma memória que nos conduza para além (o que não quer dizer excluir) das fronteiras da Ocidentalidade, propiciando a retomada do diálogo com outros povos dos quatro cantos do mundo.

Sempre que se tentou essa via de forma respeitosa, numa perspectiva freireana de multiculturalidade, há registros de ganhos. Aqui cito apenas o encontro de uma expedição científica russa, comandada por Vladimir Arseniev, nas primeiras décadas do século XX, em suas incursões pela taiga e pelas montanhas siberianas, nos confins com a China, com o mongol Dersu Uzalá, este habitante da floresta, em profunda harmonia com a Natureza, sobre quem o ocidental Arseniev afirmaria que “ele e a natureza eram apenas um, a tal ponto que seu ser experimentava fisicamente toda mudança de tempo que estava para acontecer.” (p. 81); E mais: impregnado de preconceito etnocêntrico, o mesmo Arseniev sente-se no dever se curvar ante o altruísta demonstrado por Dersu Uzalá, ao recolher materiais e comida que fossem úteis aos futuros hóspedes – humanos e não-humanos - daquela choupana em plena floresta, onde haviam repousado. O saldo desse encontro pode ser traduzido pelas palavras de Arseiev, a propósito de Dersu Uzalá: “Tudo o que me era incompreensível parecia-lhe simples e claro.” Dersu Uzalá era um ser antenado aos sinais que a Mãe-Natureza lhe proporcionava, à qual procurava também responder com reciprocidade.

O efetivo exercício de uma multiculturalidade, na ótica freireana, há de transpor o nível da mera discursividade, ainda que bem tecida. Há de se embrenhar pelos caminhos da “prática

prática”. Isso requer um contínuo alargamento de nossa “tenda cultural”, ainda eu isso implique riscos de perda de certos elementos identitários, como no caso do depoimento prestado pela autora estadunidense Marlo Morgan, em sua aventura de ir ao encontro de uma tribo australiana. Sem desconsiderar o sentido e a importância de deslocamentos geográficos intercontinentais, como atitude apontando na direção de “estender a tenda cultural”, inquieta-nos, sobremaneira, buscamos atender ao desafio de estender nossa “tenda cultural” aos espaços culturalmente tão apartados que existem em nosso próprio território. Também aqui desponta firme a inspiração de Paulo Freire, que não abria mão da proximidade com as classes populares, no Brasil, na África e por onde andou. Nisso também se mostrava exemplar esse tecelão da Utopia, esse andarilho que não se cansava de mirar na densidade da condição de do peregrino, que, saindo do conforto de sua “casa”, ia ao encontro de outras paisagens, de outros protagonistas com quem partilhava o seu existir, aprendendo com eles e também partilhando suas experiências, seus achados.

Foi assim que, em suas andanças por terras africanas, aprendia com Amílcar Cabral tanto quanto das pessoas simples do povo. Tudo se lhe tornava inspiração e aprendizado, numa perspectiva libertadora. Com, e de Amílcar Cabral, Paulo Freire buscou “Aprender na vida, aprender nos livros, aprender com a experiência dos outros. Aprender sempre.” E mais: aprendeu a “Seremos cada vez mais capazes de pensar muito os nossos problemas para podermos agir bem, e agir muito, muito, para podermos pensar melhor.”

Aprendeu a apostar e fazer uso do potencial transformador dos “pequenos” gestos do Cotidiano, convencido de que os micro-espaços se acham semanticamente carregados de macro-sentidos, e vice-versa. Nesse sentido, a simples maneira de me portar numa fila à espera da vez, o modo de me portar ao trânsito ou de estacionar; o modo de me portar na poltrona de um ônibus, assenhoreando-me de poltrona alheia; a forma como faço uso dos espaços públicos (mantendo e promovendo seu caráter público ou deles me locupletando; a recusa ou aceitação de ofertas vantajosas, ao arrepio de direitos alheios – esses e tantos outros espaços moleculares do Cotidiano constituem um notável mostruário da direção para a qual sinalizam nossas verdadeiras apostas de sociabilidade.

Mais do que declarações de intenção ou recurso à titulação ou outros expedientes curriculares, importa ter presente o sentido embutido em nossas práticas moleculares. Importa, sim, presentificar, ainda que de forma molecular ou embrionária, legado e sonhos de decência, buscando, em cada gesto, impregnar do Divino a condição humana. Nesse sentido, vale também acompanhar Agostinho Neto em sua conhecida afirmação de que “Não basta que seja pura e justa a nossa causa, é necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós”.

Quem ousa trilhar por esses caminhos, sempre atento a preferir, em situações de impasse, a causa abraçada aos laços de sangue e amizade, com igual coerência em relação aos meios, aos caminhos e à postura correspondentes à mesma causa. (“Amicus Plato, magis amica veritas”).

Empenhar-nos nessa direção implica um renovado esforço, coletivo e individual, de instituir a reciprocidade como critério decisivo da qualidade de nossas relações multiculturais. O que equivale à exigência de colocar-nos constantemente no lugar do outro, no lugar dos povos como nos propomos tecer relações multiculturais. Objetivo difícil para os padrões ocidentais, acostumado ao exercício da condição docente. Dificilmente um acadêmico europeu ou norte-americano se dispõe a aprender efetivamente com africanos, com asiáticos, com latino-americanos, com os povos nativos da Oceania.

Difícilmente missionários ocidentais se dispõem a ser evangelizados por outros povos. Difícilmente lhes ocorre a perguntar-se: “Quem educa o Educador?” Mas, isso vale também para não-europeus. Não raro, somos nós próprios, os críticos dos outros, que nos flagramos em situações semelhantes, a desrespeitar práticas que reclamamos dos outros. Que tal ousarmos dar um passo à gente nessa caminhada, começando pelos gestos moleculares?

Quer disso tenhamos ou não consciência – e urge que tenhamos! - todos os nossos gestos e ações visíveis ou menos visíveis, praticados seja à luz dos holofotes, seja na mais escura das noites, estão sempre grávidos de omnilateralidade. No chão do Cotidiano, elas se constituem complexas redes, tecidas de incontáveis fios de variadíssimo matiz, na tecelagem da vida.

Essa dimensão omnilateral de que se acham prenes os nossos gestos e atitudes do dia-a-dia, pode ser expressa por uma ampla diversidade de situações do cotidiano. O simples ato de lavrar a terra transcende de muito um mero movimento mecânico. Tanto pode responder a um imperativo de sobrevivência (dimensão biológica), como expressar um gesto de diálogo com a Mãe-Natureza (dimensão cósmica/ecológica). Tanto pode ensinar a memória dos antepassados (dimensão antropológica), como pode expressar a adesão individual a um projeto coletivo de produção (dimensão econômico-política), ou até mesmo inspirar, em virtude da etimologia latina do verbo cavar ou por força da canção “Cio da terra”, uma imagem de Eros.

Nesse infundável exercício de tecelagem do cotidiano, numa perspectiva freireana, podemos reportar-nos, ainda, por exemplo, ao deslumbrante campo da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, espaço de tantos achados e descobertas por parte dos seus protagonistas. Reportemo-nos, de passagem, ao fascinante aprendizado da leitura e da escrita, esse vasto e denso universo de relações em aberto que letrandos e educadores são chamados a protagonizar. Ah! se pudéssemos aqui rememorar tantas ocasiões privilegiadas, em que a muitos dos presentes foi dado testemunhar, com voz embargada, de lágrimas nos olhos - de alegria, de tristeza, de espanto ou de perplexidade ante o “inédito viável” -, tantos achados e descobertas fascinantes nos primeiros escritos de seus letrandos e letrandas...

Também aqui, não nos cansamos de reiterar que, por mais familiarizados que nos sintamos com a conhecida afirmação freireana, de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, não conseguimos conter o nosso espanto ante tais e tantos ensinamentos protagonizados por nossos letrandos. Tomara que, seguindo essa mesma trajetória, isto nos encoraje a todos a não apenas ler e escrever textos, mas também nos disponha a ousarmos igualmente uma re-escrita alternativa do mundo presente, fazendo eco à Utopia freireana, alvo maior, neste Colóquio, de nossas apostas.